

À Comissão de Saúde da

Assembleia da República

P.M.P.

ASSUNTO: Audição Parlamentar da ANCC relativamente à Lei de Bases da Saúde

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as),

A ANCC - Associação Nacional dos Cuidados Continuados agradece o convite que lhe foi endereçado para participar na discussão das propostas de Projectos de Lei relativos à Lei de Bases da Saúde, deixando a esta Comissão os seus contributos:

Parte I
Considerandos

1. O actual Serviço Nacional de Saúde (SNS) não consegue dar resposta às necessidades dos cidadãos.
2. São os cidadãos de mais idade que mais necessitam de serviços de saúde.
3. A população portuguesa está cada vez mais envelhecida, sendo Portugal, por um lado, um dos países mais envelhecidos do mundo, e por outro lado, um dos países com uma das mais baixas taxas de natalidade do mundo.
4. O nível de rendimentos dos portugueses em geral é baixo, bem como o nível de pensões. Ou seja, a maioria dos cidadãos depende do SNS.
5. A população idosa vive, maioritariamente, em situações de isolamento.
6. O interior do país continua a perder população.
7. As famílias não têm condições para tratar dos seus idosos e/ou familiares/amigos com dependência.
8. Existe uma percentagem elevada de pessoas com dependência e/ou deficiência incapazes de ter uma vida autónoma, dependendo de outros para as suas necessidades básicas.
9. Há uma grande insuficiência de camas de Cuidados Continuados.
10. Há uma grande insuficiência de Estruturas para Apoio à população idosa tais como: Estruturas Residenciais para Idosos, Centros de Dia, Centros de Noite e Serviços de Apoio Domiciliário.
11. Há uma grande insuficiência de Estruturas de Apoio para Pessoas com Deficiência tais como: Serviços de Intervenção Precoce, Apoios Educativos, Centros de Actividades Ocupacionais, Lares Residenciais e Serviços de Apoio Domiciliário.
12. Os Hospitais públicos têm entre 5 a 10% das suas camas ocupadas com casos sociais, isto é, pessoas que não necessitam de estar em contexto hospitalar.
13. Existe uma deficiente articulação no SNS, o que o torna menos produtivo e lhe acrescenta custos.

14. Todas as situações referidas nos pontos anteriores vão fazer subir os custos com saúde (e também nos apoios sociais) de forma considerável no futuro e sempre com tendência crescente.

Parte II

Propostas da ANCC para a Lei de Bases da Saúde (LBS)

Introdução

No nosso entender, a Lei de Bases da Saúde não deve ser vista por si só. Deve procurar ser articulada com legislação diversa, nomeadamente, ao nível da Segurança Social.

A LBS nos seus princípios e objectivos deve ter a flexibilidade necessária atendendo ao seu horizonte temporal. Mas tem que ser objectiva, adequada às características da população que deve servir, sob pena de ser um enunciado genérico e eventualmente vago.

Propostas:

1. **Sustentabilidade do SNS.** Para que este seja sustentável e consiga em simultâneo cobrir as necessidades dos cidadãos, são fundamentais políticas concertadas de longo prazo, acordadas entre todos os Partidos Políticos.
 - a) Para a ANCC é importante que a população possa receber os cuidados de saúde que necessita, atempadamente, com qualidade e sem listas de espera.
É indiferente se estes cuidados são prestados pelo Estado, pelo Sector Privado com Fins Lucrativos ou pelo Sector Privado sem Fins Lucrativos.
O importante é que se procure a melhor relação preço/qualidade do serviço e não a Entidade que presta o serviço.
 - b) Os Hospitais têm de ser racionalizados e focarem-se no seu objecto. Com o avanço da Medicina, a convalescença e a reabilitação de grande número de cirurgias devem ser feitas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e não nos Hospitais.
 - c) A RNCCI foi a grande inovação e evolução do SNS desde que este foi criado e deve ser aproveitada nas suas potencialidades, quer nas tipologias existentes quer repensando novas tipologias de forma a ir ao encontro das necessidades da população. Quer a RNCCI, quer o restante SNS, devem funcionar de forma articulada com os Equipamentos Sociais de Idosos e Deficiência.
É importante que não exista subfinanciamento na RNCCI nem nos Equipamentos Sociais - sob pena de estes entrarem em colapso, devendo procurar pagar-se o justo valor. Desta forma poder-se-ão diminuir custos de hospitalização (mais caros) e alocar estas verbas quer à RNCCI, quer à Rede Social (mais baratas).
A circulação/mobilidade dos doentes entre as diversas redes da saúde deve ser um princípio fundamental para garantir qualidade nos tratamentos e economia nos gastos.
 - d) O horário de trabalho dos funcionários públicos, em particular daqueles que trabalham no Sector da Saúde, deve ser repensado e equacionar-se a possibilidade de regressar às 40 horas semanais de forma a ir ao encontro das necessidades de cuidados a prestar aos doentes bem como diminuindo custos para o Orçamento do Estado.

- e) Deve-se promover o Turismo de Saúde e Médico, em articulação com os diversos sectores do Estado e operadores privados.
2. Os orçamentos/pagamentos pela prestação de serviços de saúde devem ser majorados nos territórios de baixa densidade (princípio da diferenciação positiva) pois os custos de funcionamento nestes territórios são superiores aos custos de funcionamento em zonas urbanas.
 3. Devem ser criadas mais camas em Cuidados Continuados nas actuais e em novas tipologias, bem como ser criados mais Equipamentos Sociais/Saúde e serviços na área dos Idosos e da Deficiência, não só para dar resposta a muitos dos problemas do SNS bem como pelo facto deste tipo de respostas serem mais baratas do que as respostas em contexto Hospitalar.
 4. É preciso repensar o modelo de funcionamento actual do SNS e realizarem-se experiências piloto que possam vir a oferecer melhores soluções no futuro.
 5. Devem ser realizados estudos aprofundados relativos aos custos dos serviços de Saúde em geral, para que o Estado pague o preço justo e nenhum dos operadores de serviços de Saúde fique lesado, sejam Entidades Públicas ou Privadas, a bem da transparência e de uma boa gestão dos recursos financeiros de todos nós.
 6. Devem ser realizadas mais políticas de promoção da Saúde e hábitos de vida saudável.

A ANCC agradece uma vez mais o convite para esta discussão e fica ao dispor para tudo o que for necessário.

Pel`A Direcção



(Presidente